O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: RELATO DE UMA TRAJETÓRIA DE AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO NO IFRN

Ana Lúcia Pascoal Diniz
Pedagoga técnica do IFRN
Mestranda - PPGEd /UFRN
ana.diniz@ifrn.edu.br

Nadja Maria de Lima Costa
Docente do IFRN
Mestra em Mídia e Conhecimento pela UFSC
nadja.costa@ifrn.edu.br

Rejane Bezerra Barros
Pedagoga técnica do IFRN
Mestra em Ensino de Ciências pela UFRN
rejane.barros@ifrn.edu.br

RESUMO

Relata-se uma experiência vivenciada nos anos de 2009 a 2012, no IFRN. Objetiva-se refletir sobre o processo de construção coletiva e os mecanismos de participação presentes na urdidura de um PPP. O estudo justifica-se pela proeminência de disseminar experiências exitosas na condução de processos coletivos. De natureza teórico-metodológica e descritivo-reflexiva, guia-se pelos fundamentos da abordagem qualitativa, pela revisão bibliográfica e análise documental. Como resultado, reger esse processo requer flexibilidade, redimensionamento das ações, escuta, capacidade de síntese e de sistematização de opiniões, abertura ao diálogo, respeito às opiniões diversas, entre outras habilidades necessárias às construções participativas.

Palavras-chave: Construção; Participação; Autonomia.

INTRODUÇÃO

De que maneira dever ser organizado o processo de revisão e reelaboração de um projeto político-pedagógico, especialmente em uma instituição de educação profissional e tecnológica de natureza muilticâmpus e pluricurricular? Esta se configura na pergunta de partida motivadora da produção deste relato de experiência. Objetiva

refletir sobre o processo de construção coletiva e sobre os mecanismos de participação utilizados na urdidura de um projeto político-pedagógico.

A relevância de um relato de experiência reside no teor das problemáticas abordadas, na expressividade e nas contribuições das generalizações feitas, no rigor dos métodos utilizados e na acuidade dos resultados obtidos. Nesse sentido, este trabalho justifica-se pela proeminência de se discutir e disseminar experiências exitosas na condução de processos de elaboração do PPP, engendrados sob os princípios da participação e da construção coletiva. Compreende-se que as instituições educativas se constituem em lócus catalizador de práticas e processos pedagógicos que consolidam a organização do trabalho escolar e legitimam a cultura institucional. Em sendo assim, o projeto político-pedagógico é, por excelência, o canal que forma, informa e revela intenções e atuações, é importante publicizar e socializar processos que difundam vivências verdadeiramente democráticas e participativas nesse alcance, guiadas por reflexões de cunho científico.

O presente relato é, pois, fruto de uma experiência vivenciada durante os anos de 2009 a 2012, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), na condição de Instituição de educação profissional e tecnológica[1]. Em breve histórico, o IFRN é uma Instituição centenária[2]. Integra o conjunto da rede federal de educação profissional e tecnológica brasileira vinculada ao Ministério da Educação. Está sediado na Reitoria, localizada em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Com base ano de 2012, um total de dezenove câmpus compõe a estrutura organizacional, arquitetônica e geográfica da Instituição.

Na política de expansão e de reestruturação da educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação, imprime-se, à Instituição, o papel de atuar em todo o Rio Grande do Norte. Tem como foco desafiador, a atuação no ensino, na

---

[1] Oficialmente, os institutos federais são instituições pluricurriculares e multicâmpus, de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino previstas legalmente, respaldando-se na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas.

[2] Criada pelo Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, essa Instituição passou por diversas mudanças e recebeu várias denominações ao longo do tempo. A esse respeito, consultar o histórico do IFRN em documentos institucionais disponibilizados no sítio www.ifrn.edu.br.

pesquisa e na extensão, numa perspectiva indissociável, comprometida em atender aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Diante dessa institucionalidade dada aos institutos federais brasileiros pela Lei n°. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), mudança que trouxe à tona as necessidades de avaliar institucionalmente as ofertas e de construir unidade nas ações, foi imperioso pensar e planejar estratégias e mecanismos favorecedores de um processo coletivo e participativo que alçasse a dinâmica de (re)construir o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFRN, de modo a atender prerrogativas, como as (re)definições da função social, das finalidades, dos objetivos institucionais, das ofertas educacionais, das práticas pedagógicas, das revisões curriculares e dos referenciais orientadores de todas as ações institucionais, notadamente às que concernem ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão. Esse aparato exigiu (re)pensar a organicidade dos processos, a atualização e adequação curriculares e o desenvolvimento das ações educativas de modo globalizante e coerentes tanto com os indicadores de qualidade social quanto às condições apropriadas de aprendizagem dos conhecimentos sistematizados (para os estudantes) e de trabalho pedagógico (para os agentes formadores).

Para situar a abrangência da atuação do IFRN, toma-se, como parâmetro, a dimensão ensino. Incide nas ofertas de cursos, projetos e programas na educação básica, na educação profissional e tecnológica e na educação superior, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Abrange cursos e programas de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; programas de certificação profissional; cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada regular, integrada na modalidade EJA e subsequente; cursos superiores de tecnologia ou de graduação tecnológica; cursos de engenharia; cursos de licenciatura, inclusive na forma de segunda licenciatura; cursos de pós-graduação *lato sensu;* e cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*. Acrescidos à demanda explicitada, inserem-se as políticas e ações voltadas às demais dimensões[3] associadas à Instituição. Assentados nessa realidade estão os desafios imbrincados na edificação dos documentos institucionais,

[3] As dimensões associadas à Instituição são administração, assistência estudantil, ensino, extensão, gestão de pessoas, pesquisa e inovação, planejamento e desenvolvimento institucional e tecnologia da informação.

neste caso, a (re)construção e atualização do projeto político-pedagógico em uma perspectiva coletiva.

Metodologicamente, este relato consiste em um estudo de natureza teórico-metodológica e descritivo-reflexiva que visa contribuir com análises capazes de favorecer as mediações necessárias à tecitura de um PPP em uma casa de educação. Respaldados nos fundamentos da abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos utilizados remetem-se à descrição e ao relato do processo supracitado, associados à discussão teórica da temática em pauta. Insere-se na categoria bibliográfico-documental (SILVA; MENEZES, 2001), por meio da revisão da literatura, à luz de autores da área, como Veiga (1995, 2001), (GANDIN, 2006) e Vasconcellos (2002), e da análise documental, por meio de consulta a leis, decretos, Projetos Políticos-Pedagógicos anteriores, atas, além de outros documentos pesquisados.

Elemento importante integrante da fonte documental em análise refere-se aos registros gerais das atas de reuniões e dos demais eventos planejados para a implementação e condução do processo em foco. Um desses elementos é o cronograma que compila o detalhamento minucioso da programação geral que regeu todo o processo desenvolvido ao longo desses três anos. Esse se constitui no sinalizador das ações planejadas, com seus respectivos desdobramentos. Em sua grande maioria, as ações se desdobraram, em razão do fenômeno processual e dos mecanismos de negociação e de decisão instaurados.

O texto está organizado, além da introdução, em três seções. Na primeira apresenta-se um construto teórico acerca do processo de elaboração do projeto político-pedagógico, posicionando-se em favor da construção coletiva; na segunda descreve-se o processo, com ênfase nos desdobramentos, a partir do relato da experiência vivenciada pelas pesquisadoras, dialogando com o arrazoado teórico explicitado e com os resultados obtidos; na terceira apresentam-se as considerações, alicerçadas em análises e reflexões descritas, a fim de possibilitar mediações com outras realidades e tecer as contribuições desejadas.

1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: CONSTRUTO TEÓRICO

A ênfase do debate de cunho teórico que se inicia incide sobre o processo dinâmico e inacabado de (re)construção do projeto político-pedagógico, a ser edificado sob preceitos democráticos, participativos e coletivos (GANDIN, 2006). Encampa-se aqui um movimento de ruptura com o espectro de 'documento institucional', cristalizador de concepções e práticas, por vezes, inapropriadas ao contexto em que está inserida a instituição, construído para fins exclusivos do cumprimento de uma formalidade legal, expressa por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 2006). Portanto, no limiar desse debate, conjetura-se sobre o processo, ou seja, o caminho escolhido na edificação do processo de construção coletiva do projeto político-pedagógico.

"Em uma instituição da magnitude do IFRN, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico é tarefa de autoria coletiva" (IFRN, 2012, p. 5). Tomando essa afirmação como fio condutor do debate, é notória a opção da Instituição pelo processo de reconstrução do PPP em uma perspectiva coletiva. Nesse movimento, o planejamento participativo, a organização das práticas pedagógicas, a formação continuada de servidores, o acompanhamento, a avaliação curricular e os indicadores dos resultados da aprendizagem passam a ser a tônica e o termômetro do processo. A atuação de todos nessa conjuntura implica no desafio de se estabelecerem canais de comunicação, com abertura para se discutir, *a priori*, os sentidos do que vem a ser o PPP e os significados de se instaurar processos de construção coletiva em instituições de natureza educativa.

Admite-se que o PPP é, fundamentalmente, tarefa de autoria coletiva. Por ser a própria organização global das ações de uma instituição educativa, abrangendo dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras (VEIGA, 1995), é imprescindível configurá-lo como instrumento de gestão democrática capaz de possibilitar reflexões críticas e contínuas a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional. No entanto, definir os caminhos desse percurso, reger um processo que se legitima como espaço de formação integral (humana, técnica e profissional) é, de fato, o grande desafio.

Quando elaborado dentro dos moldes da participação e da coletivização dos espaços, o PPP possibilita ressignificar o planejamento escolar, revestindo-o de sentidos humano, científico e libertador, dando-lhe um caráter emancipatório (VASCONCELLOS, 2002) . Assim perspectivado, o PPP visa promover mudanças nas

concepções e nas práticas escolares cotidianas, ao traçar diretrizes orientadoras para o percurso educativo.

Por razões como essas é que se pode afirmar que o PPP configura-se em um instrumento dinâmico de cunho teórico, filosófico e metodológico norteador do planejamento e da implementação dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros. Para Gadotti (1994) elaborar um projeto nesse estilo significa lançar-se para frente, antever o futuro. Nessa direção, instaurar um processo coletivo para essa efetivação implica em um planejamento, de forma racional, consciente, sistematizada e a longo prazo, sob os princípios da flexibilização e da negociação.

Oliveira (2012, p. 1), ao perscrutar a respeito da construção coletiva do PPP da escola em seus estudos, faz a seguinte ponderação.

> De modo geral, vale a pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas.

Caminhando na direção apontada pelo autor, três condições são basilares para a qualidade dessa edificação: a construção coletiva, a participação e a tomada de decisões democráticas. Guiada por essas nuances, uma instituição educativa, se comprometida com uma educação de qualidade social e com a proeminência dos valores democráticos na gestão educacional, efetivamente adere a mecanismos de participação e de fortalecimento da autonomia expressas no movimento de construção de seu PPP dado à amplitude dos vieses de organicidade e de abertura ao diálogo proporcionados.

Em sendo um processo de natureza participativa e processual, edifica-se na amplitude das relações e nas multifacetas de um contexto real, a ser norteado por um diagnóstico que retrate potencialidades, limites, fragilidades e possibilidades de dada realidade. Deve, portanto, representar uma proposta ancorada em princípios de autonomia, de participação e de (co)responsabilidade, alicerçada pelos sentimentos de pertença e de identidade por todos os sujeitos que integram a instituição. Somente assim será possível enveredar por uma construção coletiva, participativa e democrática.

Nesse alcance, é preciso refletir sobre o perfil exigido na maestria dessa condução. A coordenação desempenha papel central na regência desse processo, por ter a função de planejar, organizar, dinamizar, sensibilizar, conquistar e envolver. Não se reduz, portanto, a uma simples execução de tarefas. Por tratar-se de um conjunto de ações planejadas (*no* e *para* o coletivo), exige conhecimentos político-pedagógicos, domínio teórico-metodológico, envolvimento, autoridade, sensibilidade, proposição, adequação, eficiência, efetividade, criatividade, credibilidade, dinamismo e, acima de tudo, flexibilidade e dialogicidade.

As ideias ventiladas pelas autoras Sueli Pereira, Analigia Becker e Ariadne Furtado (2004) estão em consonância com esse pensamento. Elas defendem que gerir um trabalho nesse porte implica

> [...] desenvolver e manter um clima democrático, isto é, transformar o ambiente democrático com base em confiança, verdade, criatividade, liberdade, percebendo que todos os participantes são capazes de pensar as ideais, os sentimentos e as posições discutidas, cabendo a ele extrair um denominador comum dentre as inúmeras sugestões provindas das diferentes pessoas do grupo, não só juntar, mas tentar integrar os opostos. (PEREIRA, BECKER, FURTADO, 2004, p. 31).

Nesse entendimento, a equipe designada para gestar o trabalho coletivo em uma instituição de educação deve prever e promover, nas estratégias prévias do planejamento global para o processo de construção coletiva do PPP, momentos de integração, de socialização, de reflexão e de formação que abarquem o conjunto das ações formativas e dos setores institucionais, quer sejam instâncias pedagógicas, administrativas e financeiras.

O autor Ciro Toaldo (2012), ao indicar orientações gerais para o processo de elaboração do PPP de uma escola, faz uma notável reflexão. Ele admite ser

> [...] importante observar que a convivência democrática na escola envolve o projeto pedagógico como se fosse uma rede cuja função é manter todas as partes firmemente unidas. Assim, cada vez mais, ressalta-se o coordenador como um mediador, organizador, incentivador da participação de todos. Ele é responsável em traçar estratégias de ação e porque não dizer de conscientização, para que todos compreendam a dimensão da responsabilidade que eles têm. Ajudá-los a compreender que a autonomia assegurada por lei não pode ser vista como uma obrigação, mas como um direito adquirido que precisa ser posto em prática. (TOALDO, 2012, p. 3).

Decorrente do arrazoado teórico explicitado até o momento posiciona-se em defesa da construção de um PPP, fundado em um percurso metodológico participativo e coletivo. Para tanto, elegem-se alguns procedimentos e passos importantes perspectivados no princípio da democratização dos processos de gestão.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA NO IFRN: A ESCOLHA INSTITUCIONAL PELA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Convém salientar que no IFRN, objeto de análise deste relato, a assunção por uma cultura de reger as ações institucionais por meio de PPP vem sendo uma realidade desde o ano de 1994. A partir dessa gênese, foram instituídos e implementados quatro significativos PPPs, os quais coadunaram esforços coletivos da comunidade acadêmica para essas concretizações. Nesses históricos projetos retratam-se a função social, os princípios defendidos, os compromissos assumidos e o detalhamento das políticas institucionais.

Assim sendo, no ano de 2009, em meio ao movimento político-pedagógico instaurado no Brasil e na Instituição, em virtude do projeto de reestruturação e expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica brasileira deu-se início ao processo de reconstrução do PPP do IFRN. Essa política estatal, criadora de uma nova institucionalidade para as instituições federais de educação profissional e tecnológica, trouxe à tona desafios políticos, filosóficos e pedagógicos.

Imbuídos dos mais variados sentimentos oriundos desses desafios veio a necessidade premente de revisar os documentos legais que regiam a Instituição. Este relato sintético descreve, apenas, a experiência com o processo de reconstrução do PPP, organizado na intenção de rever concepções e traçar diretrizes mais condizentes com as dimensões política e pedagógica incorporadas ao novo contexto institucional.

Assim, a partir da escolha institucional pelo processo de construção coletiva, democrática e participativa, a reelaboração do PPP do IFRN teve suas bases teórico-metodológicas ancoradas nos princípios da gestão democrática, na (re)construção da identidade e na (re)definição da função social da Instituição.

Instituíram-se, então, as comissões de sistematização para coordenar o processo, por meio da Portaria n°. 929/2009-Reitoria (IFRN, 2009), prevendo a formação de uma

comissão geral, coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), e comissões locais nas Diretorias Acadêmicas de cada câmpus, com a participação do diretor acadêmico, da equipe técnico-pedagógica (ETEP), de membros de núcleos de pesquisa em educação, e de representantes dos técnicos-administrativos, dos docentes e dos discentes. Possibilitou-se, inicialmente, por representatividade, o envolvimento das diferentes unidades e áreas de saberes que constituem o Instituto. Posteriormente, abriu-se à participação coletiva a toda a comunidade por meio de fóruns, de reuniões pedagógicas, seminários ampliados em cada câmpus. Outro aspecto relevante se deu por meio da realização simultânea de eventos (para cada temática), a fim de favorecer a abertura ao diálogo em todas as instâncias acadêmicas e m todas as unidades administrativas (Câmpus). Tais posicionamentos institucionais confirmam o apontado por Veiga (2004, p. 13), ao afirmar que esse processo de construção "[...]propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente."

Embasados nesse referencial, no ano de foram desenvolvidas ações que culminaram no planejamento de um cronograma global, no intuito de favorecer a participação da comunidade nas discussões coletivas e na construção de sínteses que traduzissem as perspectivas e visões da Instituição em sua totalidade. Na definição desse cronograma geral da reconstrução do PPP, previram-se três importantes etapas constituintes do processo, que são o diagnóstico (marco situacional), os princípios e referenciais norteadores (marco teórico) e as políticas e ações institucionais (marco operacional). Dadas às especificidades, cada uma dessas fases pode demandar uma sistemática de trabalho diferenciada.

Deu-se início, também, à sistemática de seminários, coordenados pela ETEP, tanto para a elaboração dos textos iniciais do documento base (os quais foram submetidos à apreciação da comunidade) como para esquematizar a metodologia de trabalho para as discussões acerca das temáticas. Nessa etapa, entendeu-se que esse documento se configuraria em uma síntese do pensamento institucional, resultante do planejamento coletivo e participativo.

O passo seguinte foi a sensibilização oficial de estímulo à participação coletiva. Em seguida se deu a etapa de discussões relativas ao marco situacional, ou seja, a construção do diagnóstico institucional de forma participativa em todos os campi. Naquele momento foi construído o espaço colaborativo, destinado aos registros do processo: um ambiente virtual de acompanhamento e publicização das ações, hospedado em http://www2.ifrn.edu.br/ppi. O *site* do PPP, organizado em seções[4], foi alimentado constantemente no decorrer desses três anos, destacando informações relevantes acerca do processo.

A continuidade do processo, no ano letivo de 2010 congregou muitos outros eventos com vistas à discussão e construção do marco teórico. Um deles foi a semana pedagógica, na qual foi realizado o I Encontro de Professores do IFRN (em Natal/RN). Privilegiou-se a discussão sobre currículo integrado, com a finalidade de construir uma unidade na organização curricular nos diversos cursos ofertados na Instituição. Constituiu-se os Núcleos Centrais Estruturantes (NCEs) dos cursos ou disciplinas, como forma de se estabelecer mecanismos de avaliação dos cursos em cada Câmpus e de manter unidade nas propostas pedagógicas dos cursos na Instituição.

Ainda em 2010 foi construído o marco teórico do PPP. Teve como propósito definir as concepções (de sociedade, de ser humano, de trabalho, de cultura, de educação, de ciência, de tecnologia) e os princípios e fundamentos do currículo do IFRN, os fundamentos teórico-metodológicos que regem todas as políticas e ações da Instituição. Nesse mesmo ano foram iniciadas as discussões do marco operacional (políticas e ações institucionais). Esse evento de natureza participativa e deliberativa contou com a participação de representantes de docentes, discentes, ETEP, coordenadores de cursos e diretores acadêmicos de todos os *campi*.

A semana pedagógica de abertura do segundo semestre de 2010 teve como foco a discussão sobre os princípios e referenciais assumidos institucionalmente:

[4] Algumas dessas seções são: a estrutura geral dos volumes e documentos que compõem o PPP; os capítulos do documento base; os projetos pedagógicos anteriores da ETFRN e do CEFET-RN, tais como a Proposta Curricular da ETFRN (1995, revisada em 1997), o Projeto de Reestruturação Curricular do CEFET-RN (1999), a Proposta Curricular do Ensino Médio do CEFET-RN (2001) e o Projeto Político-pedagógico do CEFET-RN (2004); outros documentos referenciais para as discussões; textos e documentos para leituras complementares; apresentação da metodologia e da programação desenvolvida na construção do PPP, documentos dos fóruns deliberativos e das semanas pedagógicas realizadas; portarias emitidas para constituição das comissões de sistematização; e espaço de interação.

interdisciplinaridade, contextualização, formação integral e politecnia – conceitos chave para a significação do currículo integrado. Esse tipo de currículo é orientador de todas as ofertas e práticas pedagógicas institucionais. Realizou-se, ainda, o Encontro de Professores da Educação Básica em Natal RN. Concomitantemente, em cada campus os professores das disciplinas técnicas fizeram discussões por eixo tecnológico e por curso. Em momento posterior, o trabalho desenvolveu-se de forma integrada, a fim de possibilitar o diálogo entre as duas áreas (da formação básica e da formação profissional).

Nesse processo de idas e vindas, mediante as contribuições e devolutivas dos grupos de discussão, em cada *campus*, dos resultados da avaliação do Fórum dos Cursos Técnicos, da concepção de currículo integrado e da estruturação curricular para educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos, a equipe de sistematização elaborou a proposta de organização curricular para os cursos técnicos do IFRN, fundamentada nos conceitos de politecnia e da formação integral[5].

Para a sistematização dos projetos pedagógicos de cursos (PPCs), foram constituídas, comissões *intercampi*, por meio de portarias para disciplinas técnicas e disciplinas básicas e comuns**,** compostas por coordenadores de cursos e por representantes dos docentes, dos discentes, da ETEP e dos NCEs. Foi realizado, pelas comissões, um trabalho coletivo nos *campi* e *intercampi* para definição das matrizes e dos programas das disciplinas. Paralelamente, foi aplicada a pesquisa diagnóstica sobre o desenvolvimento de todas as ofertas e foram realizados diversos fóruns de avaliação de cada uma dessas ofertas, Esse evento de natureza participativa e deliberativa, os quais tiveram a participação de representantes de docentes, discentes, ETEP, coordenadores de cursos e diretores acadêmicos de todos os *campi*.

Vale ressaltar que, durante o trabalho de revisão das ofertas educacionais, sob a responsabilidade das comissões e com caráter participativo em cada campus, foram realizadas as discussões e contribuições nas políticas institucionais que são de natureza transversal e perpassam por todas as ofertas e ações. Nesse período tratou-se das

[5] Essa organização curricular é formada por núcleos politécnicos denominados de núcleo fundamental, núcleo estruturante, núcleo articulador e núcleo tecnológico, perspectivadas na concepção interdisciplinar, em metodologias integradoras e em propostas que visam articular a pesquisa e o trabalho como princípios pedagógico e educativo.

políticas e diretrizes para a pesquisa, para extensão, para a educação inclusiva, para a educação a distância, para certificação profissional e para a formação continuada e desenvolvimento profissional dos servidores. Esse cabedal de sistematizações, como parte integrante do **Marco Operativo**, perdurou durante todo o ano letivo de 2011 e terminando em março de 2012., juntamente a outras ações, com a finalidade de se construir as diretrizes orientadoras de cada política institucional e proposta de avaliação e acompanhamento do PPP.

Sob essa focagem, e tendo na ponta do fio da trajetória percorrida os entrecruzamentos, as mediações e as ponderações dessa efetivação, tem-se a noção da incompletude de um processo que tem começo, mas que, provavelmente, não terá fim. Nesse particular, apresentam-se os resultados a seguir, circunscritos no Quadro 1, avultados como os principais aspectos quantitativos e qualitativos imbricados nessa tecitura coletiva, desenvolvida pelo e no IFRN, entre abril de 2009 e março de 2012, sistematizados conforme segue.

Quadro 1: Aspectos quantitativos inerentes ao processo de construção coletiva do PPP do IFRN

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Número de portarias emitidas pela Reitoria, instituindo comissões no âmbito do PPP	**11**
Número de *campi* participantes	**16**
Número de eventos coordenados diretamente pela Pró-Reitoria de Ensino	**102**
Mesas temáticas e seminários gerais	*27*
Seminários com a ETEP	*26*
Encontros de professores	*02*
Reuniões presenciais e por videoconferência	*30*
Seções de fóruns deliberativos	*17*
Outros eventos coordenados pela ETEP, coordenadores de cursos e Diretores Acadêmicos nos *campi*	**Incontáveis**
Número de participantes nas comissões designadas por portarias da Reitoria	**862**
Sistematização do documento-base	*142*
Disciplinas de ensino médio e de cursos técnicos	*415*
Cursos de graduação	*234*
Capítulo de pós-graduação do documento base do PPP	*11*
Capítulo de acompanhamento e avaliação do documento base do PPP	*23*
Sistematização da versão final da Organização Didática	*30*
Sistematização da versão final do documento base do PPP	*7*
Número de resoluções CONSUP de aprovação de PPCs e PAFCs	**52**
Cursos técnicos (integrados regulares, integrados EJA e subsequentes)	*33*
Cursos de graduação (licenciatura, tecnologia e engenharia)	*19*

Em meio aos dados quantitativos descritos acima, convém ressaltar o vulto e a expressividade dos números destacados em relação à participação da comunidade acadêmica, bem como dos eventos realizados e dos documentos produzidos.

Dentre os aspectos qualitativos, foram determinantes: a participação e o envolvimento da comunidade acadêmica; a difusão dos conceitos de currículo integrado e gestão democrática; a ampliação do diálogo entre os servidores e percepção da necessidade de continuidade de ações integradoras; a formação continuada para todos os envolvidos no processo (PPP, currículo integrado, mediação de conflitos, gestão democrática...); o resgate e digitalização de documentos institucionais referentes a projetos curriculares; a sistematização de propostas pedagógicas de trabalho para as disciplinas do ensino médio; o material para a formação continuada em EPCT para novos servidores; a sistematização de diretrizes e orientações para a elaboração de PPCs das ofertas educacionais; a revisão da Organização Didática em volume unificado; a definição de um programa institucional de avaliação; e os registros do processo de construção do PPP, como referência futura e para si e para outros Institutos Federais.

Considerando os desdobramentos do processo e atendendo à diversidade de temáticas suscitadas, necessariamente suplantadas no PPP de uma instituição pluricurricular como o IFRN, o processo chega ao ápice formatado em sete volumes. Assim, a estrutura geral do PPP organiza-se nos seguintes tomos: Volume I – Documento-Base; Volume II – O Processo de Construção do Projeto Político-Pedagógico do IFRN; Volume III – Organização Didática do IFRN; Volume IV – Diretrizes Orientadoras das Ofertas Educacionais (cursos técnicos, cursos de graduação, cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, e cursos de pós graduação); Volume V – Propostas de Trabalho para as Disciplinas do Ensino Médio; Volume VI – Projetos Pedagógicos de Cursos; e Volume VII – Cadernos Temáticos.

3 CONSIDERAÇÕES

Utilizando-se dos achados de Mahatma Gandhi, afirma-se que, nesse processo, “a alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido” e no crescimento institucional proporcionado pela construção coletiva. Nesse longo processo de três anos de trabalho coletivo e de características sistêmicas, vivenciaram-se grandiosos aprendizados em processos democráticos e participativos. A partir dos relatos e das

contribuições, pode-se destacar que algumas das aprendizagens consubstanciam-se em elaboração e execução de planejamento coletivo. Essa dimensão do trabalho em uma instituição multicâmpi e pluricurricular requer a flexibilidade nas ações, o necessário redimensionamento, a sabedoria da escuta, a capacidade de síntese e de sistematização de opiniões, assim como essencialmente, a abertura ao diálogo e o estabelecimento do respeito às opiniões diversas, entre outras habilidades necessárias às construções participativas.

Sob o aspecto da autonomia destaca-se a importante participação dos profissionais com formação em educação, ocuparem espaços de concepção, de uma elaboração de um PPP e também participarem da condução em âmbito de coordenação, sistematização e mediação desse processo. No entanto, no mesmo patamar de importância, destaca-se a riqueza da convivência com a diversidade de conhecimentos teóricos e de procedimentos metodológicos advindos de outras categorias profissionais. Essa característica de constituição multiprofissional das instituições de educação profissional traz uma heterogeneidade de olhares e de visões de mundo sem igual. A interface de conhecimentos entre as áreas sociais, as humanidades e as ciências da natureza intensificam o debate, traz à tona visões de mundo diversas e concretiza o processo de construção coletiva do PPP em amplos espaços formativos.

Por fim, sob aspectos da participação destaca-se as possibilidades de convivência democrática e participativa nos processos de gestão, sobretudo, vivenciadas pela socialização de ideias e trocas de experiências entre os diversos segmentos de educadores, estudantes e comunidade externa que compõem uma instituição educativa. Em síntese, os embates entre o real e o ideal, nos quais floreiam os desejos, as proposições, as discordâncias, as tensões, as contradições e os conflitos são inerentes aos processos de construção coletiva. Portanto, a mediação consciente e intencional com o fito de favorecer a consolidação da autonomia e da gestão democrática, constitui-se em elemento motivacional para a conclusão de um PPP e sua posterior implementação.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FERDERAL DE EDUCAÇÃO. CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva. Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

OLIVEIRA. J. F. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <www.tvbrasil.com/salto>. Acesso em: 20 julho 2012.

PEREIRA, S. M.; BECKER, A.; FURTADO, A. S. Os desafios da instituição educativa frente à descentralização da gestão. *Publicação Gestão em Ação* – Programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da ULBRA, Salvador, v. 1. n. 1, 2004.

RANGEL, M. *et al.* **Nove olhares sobre a supervisão**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

SILVA, E. L. da; MENEZES E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TOALDO, C. J. **Orientações gerais para o processo de elaboração do projeto político pedagógico de uma escola.** Disponível em < http://www.webartigos.com/artigos/orientacoes-gerais-para-o-processo-de-elaboracao-do-projeto-politico-pedagogico-de-uma-escola/85202/>. Acesso em: 20 julho 2012.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**.** SP: Cortez, 2002.

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola:** uma construção possível**.** Campinas: Papirus, 1995.

_____. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Escola: Espaço do Projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 1998. Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico.